

EIXO ECONÔMICO

**DECISÕES DE INVESTIMENTOS E  
ESTRUTURA PRODUTIVA NA  
METRÓPOLE I**

Consultor  
**Helder Gomes**

VITÓRIA, 2008

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto procura apresentar o contexto geral das novas decisões sobre localização de investimentos e a conseqüente fragmentação do território regional na redefinição da Cidade de Vitória como centro metropolitano. Constata-se que a Região Metropolitana da Grande Vitória vem passando por um rápido processo de alterações na divisão intermunicipal do trabalho, fomentado pela reorientação de investimentos, num contexto nacional de desnacionalização das decisões e de adesão do Brasil à lógica de especialização na produção de commodities. Esse movimento tem encontrado um ambiente econômico e político muito favorável para sua manifestação no Estado do Espírito Santo, colocando vários desafios para a perspectiva de integração econômica regional e para a construção de uma cidade metropolitana, que combine o crescimento das atividades produtivas com níveis essenciais de qualidade de vida e parâmetros coletivos de cidadania.

Dentro dos pressupostos que orientam a formulação desta Agenda Vitória, este texto que procura identificar os elementos que desafiam/ameaçam a cidade na atualidade. Ao mesmo tempo, procura indicar novos olhares sobre suas potencialidades e limites, buscando subsidiar a formulação de propostas de diretrizes estratégicas de intervenção local com vistas na construção do futuro desejável.

Nessa linha, o texto está dividido em quatro partes. Primeiramente, busca-se apresentar uma abordagem de contextualização dos movimentos observados na atualidade capixaba em relação à tendência mundial de consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho. Com isso, procura-se contribuir para a compreensão do novo caráter das decisões de investimentos, suas motivações e planos de abordagem, a partir dos quais são firmados os acordos de cooperação internacional, que indicam um caminho de concentração dos esforços públicos e privados na promoção de segmentos econômicos que operam em escala mundial.

A partir dessa primeira contextualização são observadas as principais manifestações desse movimento mais geral na região capixaba. Assim, numa segunda etapa do texto, são apresentados os parâmetros e as conseqüências imediatas que se pode perceber como resultados das novas decisões de investimentos no Estado do Espírito Santo, que vêm provocando grandes

impactos na distribuição espacial das atividades econômicas, trazendo novos potenciais e ameaças para a cidade metropolitana.

Outra abordagem essencial é dispensada às alterações da estrutura produtiva local. Procura-se na terceira etapa do texto sugerir uma nova interpretação para o movimento de reocupação da cidade por atividades econômicas especializadas, trazendo elementos para a reflexão e para a formulação de propostas de intervenção/regulação, visando reduzir as grandes diferenças sócio-espaciais, que ameaçam se ampliar no interior da capital.

Por fim, o texto procura apresentar um breve diagnóstico sobre as condições da infra-estrutura voltada para as atividades de Turismo na capital. Com isso, busca-se contribuir para a reflexão sobre as opções de futuro, tentando abrir um leque de oportunidades sobre as quais a cidade deve se debruçar e decidir.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DESAFIOS NA DINÂMICA ECONÔMICA GERAL**

As transformações no mundo capitalista trazem grandes desafios para a compreensão de suas manifestações no espaço local na atualidade. Trata-se de movimentos complexos de dimensão mundial, que atuam em grande velocidade e têm alterado profundamente as relações de produção, trazendo graves impactos ambientais e múltiplas intervenções no espaço urbano, cada vez mais fragmentado. De um lado, a expansão do capital especulativo, tornando-se pólo dominante do processo de acumulação, ao mesmo tempo em que inviabiliza a promoção das tradicionais políticas públicas compensatórias, desloca as decisões de investimentos, subordinando a estrutura produtiva à lógica da especulação parasitária, com graves impactos territoriais. De outro lado, a mundialização do capital envolve sociedades até pouco tempo refratárias aos padrões ocidentais de consumo e de produção (Rússia, China etc.), mas que detêm grande potencial de expansão econômica. Ao mesmo tempo é ativada a promoção de novos produtos, muito deles descartáveis, de utilidade supérflua, ou baseados em necessidades forjadas na propaganda mercadológica. Observa-se, ainda, produtos vinculados à própria lógica da especulação, desde os segmentos imobiliários até a área de proteção ambiental. Tudo isso vem ampliando espetacularmente a demanda mundial de insumos industriais e de alimentos, num momento de franca escassez de recursos naturais, especialmente a água e os minerais energéticos (petróleo e gás natural).

Essa lógica de acumulação, dominada pela mundialização especulativa, impõe uma nova divisão internacional do trabalho. Acirram-se as relações de monopolização espacial da produção e das inovações tecnológicas, controladas por grandes conglomerados transnacionais sediados na Tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão). Ao mesmo tempo, promovem-se a segmentação da estrutura produtiva internacionalizada, requalificando a rede hierárquica de subordinações entre as nações. Os acordos internacionais e os tratados de livre-comércio, que incluem negociações sobre dívida externa, vão assim conformando uma estrutura produtiva hierarquizada, a partir da qual cabe aos países endividados, como o Brasil, retomar suas posições tradicionais nas relações de dependência, interrompendo o processo de diversificação produtiva e tecnológica,

se especializando cada vez mais na produção de commodities e na montagem de produtos em regime de maquiagem.

Ocorre que, mesmo nesse regime de hierarquização produtiva internacional, exige-se que a produção de commodities ocorra num padrão de alta produtividade. A incorporação de novas tecnologias de processo em grandes plantas industriais produtoras de commodities visa eliminar efeitos da diferenciação de produtividade (entre a produção de insumos e a fabricação de mercadorias de alta tecnologia), que no passado se revelou no aumento dos custos de produção nas grandes potências mundiais.

Contudo, exige-se também que a produção e o transporte de commodities até a sua destinação industrial ocorram dentro dos padrões internacionais de qualidade e de tempo exato de entrega. Buscam-se, com isso, promover a apropriação de ganhos oriundos da melhor gestão relativa da rotação do capital, a partir de pesados investimentos na infra-estrutura econômica, de forma a garantir maior eficiência nos transportes de mercadorias, nas telecomunicações e na produção de energia. Dentro desse padrão de exigências internacionais, ocorreu em Brasília, no ano 2000, a celebração da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA), envolvendo os países vizinhos na montagem de uma rede de integração física de abrangência continental.

A orientação estratégica da IIRSA explicita seus objetivos no longo prazo. A proposta é promover um *regionalismo aberto*, concebendo a América do Sul como um espaço plenamente integrado, uma grande economia sem barreiras comerciais e fundada em atividades exportadoras. A concretização dessa audaciosa iniciativa requer a realização de projetos infra-estruturais que permitam o fluxo inter-oceânico de mercadorias, produzidas e/ou montadas no interior desse grande território, que constitui a América do Sul. Daí a proposta de construir a integração de grandes rodovias, ferrovias e hidrovias com os principais portos instalados (ou ainda por se instalar) no Atlântico e no Pacífico.

As hidrovias seriam viabilizadas com a integração das bacias hidrográficas que se estendem desde o rio Orinoco até o rio Plata. Para promover o transporte fluvial de cargas em larga escala, projetaram-se a construção de grandes represas e eclusas, projetos viabilizados economicamente a partir de sua associação à produção de energia por meio de usinas hidrelétricas.

Destaca-se que os impactos ambientais dessas construções, especialmente na Amazônia (Complexo do Rio Madeira), têm gerado muitos conflitos entre ecologistas, populações ribeirinhas, comunidades indígenas, de um lado, e os promotores públicos e privados desses investimentos, de outro.

O financiamento desses projetos estaria a cargo do BID, do BIRD e de outras agências de fomento regionais e nacionais (CAF, BNDES etc.), sendo que empresas estatais de grande escala de produção (no Brasil, especialmente a Petrobrás e a Eletrobrás) possuem um papel fundamental como plataforma na alavancagem de boa parte dos investimentos energéticos.

A base de intervenções públicas e privadas na IIRSA foi estabelecida a partir do conceito de *Eixos de Integração e Desenvolvimento* (EID). A abrangência territorial de cada um desses eixos estaria vinculada à localização de investimentos, realizados ou a se efetivar no continente, por empresas multinacionais de alta competição em nível internacional<sup>1</sup>. Segundo o acordo de Brasília, cabe aos países da América do Sul, portanto, garantir um padrão mínimo comum de qualidade dos serviços de infra-estrutura (Energia, Transporte Multimodal e Telecomunicação) e de apoio aos investimentos privados em cada eixo de integração (IIRSA, 2000).

Dessa forma, os EID foram definidos em 12 áreas continentais prioritárias, onde seriam realizados os projetos de construção, criando-se assim a base infra-estrutural de integração física dos territórios nacionais, que propiciaria o intercâmbio eficiente de mercadorias pactuadas em Tratados de Livre Comércio sob hegemonia dos Estados Unidos. O mapa que segue aponta a definição dos eixos de integração.

---

<sup>1</sup> Esta é uma das principais deliberações que constam da *Carta de Brasília*, instrumento assinado pelos 12 presidentes participantes do encontro de 2000.

Mapa 1 – Eixos de Integração e Desenvolvimento



Os principais instrumentos e resultados esperados pelas agências multilaterais e pelos países promotores da IIRSA podem ser sintetizados nos seguintes termos:

- Intensificação do uso de tecnologia da informação;
- *Padronização das normas* institucionais de regulação das atividades privadas e de planejamento entre os países membros;
- *Coordenação público-privada* dos projetos de integração, na busca de uma liderança compartilhada entre governos e empresas, visando fórmulas inovadoras de elaboração, financiamento e execução de projetos.
- A base da intervenção está planejada numa agenda de integração física, infra-estrutural, centrada em grandes projetos de transporte multimodal, energia e telecomunicações, que permita a livre circulação de mercadorias entre vários pontos do território latino-americano, numa rede de inter-relações voltada para a produção de insumos básicos e para a montagem de produtos finais pré-fabricados e destinados à exportação;
- Fomento aos investimentos privados, especialmente, na produção siderúrgica e mineral, assim como na produção de alimentos e insumos básicos controlados pelas multinacionais do agronegócio exportador (celulose, soja, cana-de-açúcar, entre outros);
- Controle sobre a Amazônia e demais florestas tropicais, que possuem reservas hídricas, grande biodiversidade e importantes jazidas minerais.

Algumas conseqüências imediatas dessa iniciativa de integração interessam aos objetivos desta Agenda Vitória. Percebe-se que uma abordagem dessa envergadura requalifica as relações de dependência, uma vez que seu viés focado nos investimentos de grandes conglomerados multinacionais promove o deslocamento dos centros de decisão para fora dos países latino-americanos. Ao mesmo tempo, observa-se que os planos de especialização da produção regional em commodities e na montagem de produtos em unidades industriais segmentadas acirram ainda mais o controle da produção e da tecnologia pelas grandes potências imperialistas. Além disso, boa parte da parcela privada dos circuitos de financiamento dos projetos é operada por segmentos especulativos de alto risco, organizados em fundos de participação privada (*private equity*), o que agrega aos investimentos uma forte dose de instabilidade no longo prazo, portanto, sem compromissos com a sustentabilidade sócio-ambiental dos mesmos.

Cabe destacar, inclusive, a criação de novos produtos especulativos vinculados a projetos de *proteção ambiental*. Embalados pelas fórmulas inovadoras do *Protocolo de Kyoto*, imediatamente os circuitos especulativos passaram a operar em transações de alta rentabilidade, cuja menina dos olhos tem sido a certificação de projetos vinculados à fixação de carbono e em fontes renováveis de energia.



Com isso, associa-se aos novos investimentos em projetos de monocultura de árvores (e outras plantações) e de hidrelétricas uma gama de novas formas de ganhos financeiros e especulativos, por meio dos chamados *créditos de carbono*.

Destaca-se, também, que a exigência de investimentos intensivos em capital, voltada para os ganhos de produtividade, implica na reafirmação do *desemprego estrutural*. Esta que tem sido uma marca fundamental dos planos limitados à promoção de exportações, se associa aos perversos resultados da segmentação internacional da produção em termos de superexploração das relações de trabalho. Assim, ao lado de um grande contingente que não consegue qualquer ocupação convive uma massa de famílias trabalhadoras em condições de subemprego, manifesto em jornadas parciais de trabalho, baixa remuneração, instabilidade no emprego e ausência de proteção social básica (sem previdência etc.).

Portanto, para os objetivos desta Agenda Vitória, é importante demarcar que o contexto é de adesão do Brasil e da maioria dos países latino-americanos a essa nova divisão internacional do trabalho. O Brasil, que décadas atrás se orgulhava de um longo processo de diversificação produtiva e tecnológica, opta agora por interromper essa construção. Cada vez mais o país dirige sua agenda de prioridades para a integração física continental e para a produção de commodities estratégicas demandadas em nível mundial, o que sugere uma nova trajetória de especialização em insumos básicos, mesmo que também opere na montagem de kits pré-fabricados, acompanhando a tendência da segmentação produtiva internacional. Com isso, o Brasil abandona gradativamente a perspectiva de atuar em segmentos produtivos de maior complexidade tecnológica, que tendem a continuar sendo produzidos nas grandes potências capitalistas mundiais (detentoras do monopólio da produção e da tecnologia), limitando sua política de C&T a alguns nichos, ou seja, a elos específicos de cadeias produtivas cada vez mais segmentadas.

### 3 MANIFESTAÇÕES REGIONAIS DA ESPECIALIZAÇÃO

Por sua trajetória de industrialização o Estado do Espírito Santo se apresenta agora como locus privilegiado para esses grandes investimentos na produção de commodities. O conceito de *inserção competitiva*, que há muito acompanha o vocabulário dos *policy makers* e das autoridades, resultou numa estrutura produtiva regional ao mesmo tempo incompleta e descontínua. De um lado, optou-se por privilegiar o território capixaba na produção de insumos industriais voltados para o exterior, a partir de grandes plantas industriais e de monoculturas. De outro lado, todo esse esforço exportador não resultou em efeitos multiplicadores capazes de integrar econômica e espacialmente a região, criando ilhas de excelência voltadas para os mercados externos e de costas para as demais atividades econômicas que se desenvolvem na metrópole e no interior. Contudo, essas contradições do modelo de integração da região capixaba à dinâmica econômica nacional têm sido bastante assimiladas pelas elites regionais que, a partir de vários instrumentos políticos e ideológicos, têm conseguido até aqui convencer boa parte dos demais segmentos sociais da proposta de *redenção externa* do Espírito Santo. Assim, o processo recente de transição produtiva regional, quando antes predominavam atividades primário-exportadoras (basicamente café) e agora a produção industrial de semi-elaborados (também para exportação) e os serviços de comércio exterior, coloca o Espírito Santo entre as áreas privilegiadas na adequação do país ao novo padrão de especialização em vigor.

Para os propósitos desta Agenda Vitória cabe assinalar alguns efeitos dessa opção de modelo econômico sobre a estrutura produtiva regional e algumas de suas repercussões sócio-espaciais. Logo de início observa-se uma das mais impactantes manifestações do processo de internacionalização produtiva em nível estadual, qual seja o deslocamento dos centros de decisões das grandes empresas que operam em território capixaba. Anteriormente, como boa parte do controle patrimonial das grandes empresas instaladas no Espírito Santo era associado ao Estado Brasileiro, a maior parte das decisões de investimento e de produção era tomada internamente, inclusive por dirigentes (alguns deles capixabas) indicados pelos governantes, mesmo se tratando de empresas constituídas em *joint ventures*, com expressiva participação estrangeira. Contudo,

a política nacional de privatizações alterou completamente aquela situação e, na atualidade, o controle é privado sobre as decisões estratégicas dessas empresas e, na maioria dos casos, nem se encontra mais no país.

Tal situação se agrava na medida em que foram transferidas para grupos econômicos que operam em escala mundial atividades exercidas em regime de oligopólio em áreas geopolíticas significativas. Além disso, se considerado o momento de adequação à nova ordem econômica internacional, que exige uma política de integração física de dimensão continental, o controle sobre a logística de transportes em regime de monopólio privado, como é o caso de ferrovias e de alguns terminais portuários, é um condicionante de grande importância estratégica de nível regional.

Portanto, grandes desafios estão colocados para o Espírito Santo e para cada uma de suas sub-regiões. Agora, são os chamados *grandes projetos multinacionais* que estão decidindo, de fora para dentro, a nova localização de investimentos industriais (mineração, siderurgia, celulose e energia), agrícolas (eucalipto, cana-de-açúcar etc.) e de serviços associados. Ao mesmo tempo, dentro da opção nacional acordada na IIRSA, também as decisões sobre as novas instalações portuárias, as construções de rodovias pontes e ferrovias, a produção de fontes alternativas de energia etc., atendem aos interesses desses mesmos grupos econômicos que, inclusive, são os principais segmentos a *indicar* os gargalos infra-estruturais a serem superados por investimentos públicos e privados.

As decisões tomadas de fora para dentro e centradas em investimentos intensivos em capital voltados para a exportação geram impactos internos de grande relevância. É certo que os *policy makers* (da administração regional e dos municípios eleitos para as novas instalações dos *grandes projetos*) antevêm algumas vantagens desses novos investimentos, dentro dos interesses a eles associados e na perspectiva da arrecadação de alguns impostos (especialmente tributos municipais, como o ISS, uma vez que o ICMS não incide sobre produtos voltados para a exportação). Contudo, do ponto de vista das possíveis vantagens na internalização de inovações tecnológicas, por exemplo, os resultados desses investimentos são pífios. A experiência recente demonstra que a descontinuidade dos investimentos dos *grandes projetos*, em relação às demais atividades

econômicas regionais, se revela de forma especial nas dificuldades de difusão tecnológica. Centralizado e protegido como ativo empresarial, o processo de inovações tecnológicas possui um fluxo de sentido único para o interior das grandes plantas industriais, que se constituem como ilhas de alta produtividade, impedindo o aproveitamento de virtuais efeitos multiplicadores entre as unidades que compõem a produção regional, seja na agricultura, nos serviços, ou nas plantas industriais de pequeno e médio porte.

Trata-se, também, de investimentos que fragmentam ainda mais o território estadual e interfere imediatamente nas relações intermunicipais. Aceleram a demanda por serviços de forma desarticulada da estrutura de atendimento existente, sem que haja a correspondência necessária na geração de impostos para o pronto financiamento dos investimentos públicos exigidos. Ao mesmo tempo, os novos investimentos concentrados na produção de commodities geram impactos ambientais de grande repercussão, tanto no que refere ao uso intensivo de agrotóxicos, aos dejetos industriais sólidos, líquidos e gasosos com alto nível de poluentes associados, tanto no que tange à demanda concentrada de recursos hídricos e energéticos para sua plena operação.

Ao mesmo tempo, são investimentos que possuem um componente indutor de migrações que altera radicalmente a distribuição territorial dos contingentes populacionais, gerando bolsões de famílias segregadas, sem que as novas instalações, mesmo com alguns efeitos multiplicadores (em novos serviços, pequenos fornecedores etc.), tenham capacidade de absorvê-los com novos postos de trabalho em sua fase operacional.

Alguns indicadores baseados na experiência recente da industrialização regional merecem atenção especial. Uma das grandes conseqüências do modelo escolhido, e que tende a se reproduzir em escala maior ainda, se revela nas contradições que reúnem, exatamente nos espaços de concentração da produção industrial, as chamadas *ilhas de prosperidade* e os piores índices das condições sociais das camadas populares. Estudo do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2004) aponta que os municípios mais *prósperos* do Espírito Santo em termos de produção interna, Vitória e Serra, ocupavam respectivamente a 32ª e a 72ª posições no Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo (IDS), elaborado pela instituição. O IDS foi apurado com base em

indicadores das condições de saúde, mortalidade infantil, esperança de vida, analfabetismo, escolaridade, renda per capita, grau de pobreza e morte violenta.

### Elementos que compõem o IDS



Fonte: IJSN. *Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo*. 2004.

## Mapa 2 – Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo. 2004



Fonte: IJNS. Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo. 2004

O mapa acima contradiz a visão de prosperidade da Microrregião de Vitória que concentra aproximadamente 61,23% do PIB estadual. Como se observa na Tabela-1, os municípios de Vitória e Serra centralizam a produção industrial e de serviços e, juntos, acumulam 46,59% da produção total da região capixaba.

**Tabela 1 – Valor Agregado Setorial e PIB Municipal  
Microrregião Vitória – 2005**

Município	Valor Agregado						Impostos	PIB	Part. %
	Agropec.	Ind., Const. e SIUP*	Demais Terciário		Total	Part. %			
			Adm. Púb.	Demais					
Cariacica	19.237	719.576	444.764	877.503	2.061.079	5,45%	380.984	2.442.064	5,17%
Serra	13.205	2.765.148	554.847	2.233.363	5.566.564	14,72%	1.400.650	6.967.214	14,76%
Viana	8.684	287.620	90.472	144.587	531.363	1,40%	149.615	680.978	1,44%
Vila Velha	5.830	814.594	525.923	1.575.213	2.921.560	7,72%	868.501	3.790.061	8,03%
Vitória	5.276	2.808.987	628.940	6.859.362	10.302.565	27,24%	4.716.237	15.018.802	31,83%
<b>MV</b>	<b>52.232</b>	<b>7.395.925</b>	<b>2.244.946</b>	<b>11.690.028</b>	<b>21.383.131</b>	<b>56,53%</b>	<b>7.515.987</b>	<b>28.899.119</b>	<b>61,23%</b>
<b>Total ES</b>	<b>3.318.895</b>	<b>12.772.653</b>	<b>5.163.703</b>	<b>16.565.584</b>	<b>37.820.835</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.370.079</b>	<b>47.190.914</b>	<b>100,00%</b>

\* SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública (Eletricidade, Gás e Água).

Fonte: IJSN. PIB Municipal 2005.

Nada leva a crer que tenha ocorrido alguma inversão das condições sociais observadas na pesquisa do IDS (IJSN, 2004). E muito dessa situação é reflexo das condições de trabalho observadas na região. Segundo os dados do IBGE (IBGE, 2007), a população do Estado do Espírito Santo girava em torno de 3,35 milhões de habitantes e aproximadamente 45,10% desse contingente se concentrava nos 5 municípios da Microrregião de Vitória em 2007. Por seu turno, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2007) aponta também que 1,89 milhão de pessoas compunham a População Economicamente Ativa (PEA – pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas ou que procuravam alguma ocupação na semana de referência da pesquisa) na região capixaba em 2006. Mas, deste total, apenas 628 mil pessoas estavam empregadas com carteira de trabalho assinada naquele ano, montante que somado ao volume de pessoas empregadas sem carteira (cerca de 366 mil) e ao número estimado de militares e servidores públicos estatutários (aproximadamente 98 mil) revelava o volume total de empregados em torno de 1,09 milhões de pessoas.

**Tabela 2 - Número de pessoas empregadas com Carteira de Trabalho assinada  
Espírito Santo – 2006**

Ramo de Atividade	Pessoas Empregadas*		
	Total (mil)	Com Carteira Assinada	
		Volume (mil)	% por atividade
Agrícola	142	33	23,61%
Indústria	172	143	81,87%
Construção	89	54	60,94%
Comércio e reparação	192	140	72,88%
Alojam. e alimentação	31	19	59,70%
Transp., armaz. e comunicação	76	63	83,43%
Administração Pública (celetistas)	51	16	32,11%
Educ., Saúde e S.Social	97	59	61,54%
Outros serv. coletivos e sociais	30	16	52,31%
Outras	113	85	74,90%
<b>Total</b>	<b>994</b>	<b>628</b>	<b>63,18%</b>

Fonte: IBGE. PNAD, 2006.

\* Excluídas militares e funcionários públicos estatutários

As demais pessoas que compõem a PEA estadual, fora os empregadores (cerca de 72 mil), estavam sem trabalho ou em condições de trabalho bastante precárias, como pode ser observado nos dados da Tabela-3. Na classificação do IBGE são consideradas desocupadas apenas as pessoas que não tiveram qualquer forma de ocupação na semana de referência da pesquisa. Segundo essa metodologia, são consideradas ocupadas inclusive as pessoas que atuaram em atividades não remuneradas e mesmo em serviços de construção para o próprio uso e de produção para o próprio consumo, o que traz distorção para o conceito de desemprego. Se considerado o subemprego, escondido por traz desses indicadores estatísticos, inclusive nos trabalhos das empregadas domésticas e outras formas de trabalho precário, observa-se uma situação de grave repercussão nas condições de vida de uma parcela considerável das famílias trabalhadoras capixabas.



**Tabela 3 – Composição da População Economicamente Ativa Espírito Santo – 2006**

Situação	População (mil)	% da PEA
Desocupados	129	6,85%
Empregados	1.093	49,97%
Domésticos	127	6,93%
Conta própria	289	19,61%
Empregadores	72	3,84%
Não remunerados	116	6,16%
Prod. p/ próprio consumo	59	4,05%
Constr. p/ próprio uso	2	0,13%

Fonte: IBGE. PNAD, 2006.

Esse quadro resulta do processo de crescimento econômico concentrado em atividades muito intensivas em capital. Todos os meses são divulgados indicadores, que apresentam a economia no Espírito Santo crescendo acima da média nacional, contudo, um olhar mais aprofundado sobre esses números demonstra que boa parte dos novos investimentos se origina nas atividades das grandes empresas produtoras de commodities (mineração, siderurgia, celulose, petróleo e gás natural). Uma situação que, pelas atuais projeções oficiais, tenderia a se consolidar nos próximos anos no estado, agravando ainda mais o quadro de desemprego estrutural em curso, uma vez que os investimentos esperados continuariam concentrados nas atividades de capital intensivo voltadas para o comércio exterior.

A cada nova ampliação do parque industrial dos chamados *grandes projetos exportadores* percebe-se a redução relativa de trabalho empregado, devido aos impactos das alterações tecnológicas e da gestão de custos operacionais das grandes empresas. Uma boa ilustração dessa situação pode ser observada no caso da antiga Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), hoje Arcelor Mittal Tubarão, que após um intenso processo de reestruturação administrativa, restringiu bastante o volume de pessoal empregado desde a sua implantação.

**Tabela 4 – Pessoal Ocupado na CST  
1984-1994**

Ano	Pessoal Próprio		Pessoal de Terceiros		Total
	Total	% do total	Total	% do total	
1984	6.342	-	nd	-	nd
1985	6.280	-	nd	-	nd
1986	6.362	56,2	4.954	43,8	11.316
1987	6.477	49,5	6.603	50,5	13.080
1988	6.299	51,1	6.024	48,9	12.323
1989	6.736	55,9	5.304	44,1	12.040
1990	6.209	65,1	3.331	34,9	9.540
1991	6.003	61,4	3.776	38,6	9.779
1992	4.219	62,0	2.650	38,0	6.869
1993	4.166	54,6	3.463	45,4	7.629
1994	4.122	49,9	4.139	50,1	8.261

Fonte: MORANDI, Ângela M. *Na mão da história: a CST na Siderurgia Mundial*. Vitória: EUDFES, 1997. p. 211.

Segundo dados da própria Arcelor Mittal Tubarão seu quadro de pessoal ocupava um total de 7.931 trabalhadores em 2006. Nas últimas décadas a empresa mais que dobrou o seu volume de produção, passando de 3 milhões de toneladas/ano para 7,5 milhões de toneladas/ano, mas o volume de postos de trabalho foi bastante reduzido. Mesmo com os últimos investimentos, que elevou a capacidade de produção em torno de 50% (de 5 milhões para 7,5 milhões de toneladas), a própria Companhia informa que o volume de postos de trabalho seria acrescido em apenas 400 novas contratações.

**Tabela 5 – Pessoal Ocupado na Arcelor Mittal Tubarão  
2006**

Vinculação	Volume	% do Total
Empregados Próprios	4.356	54,9
Empregados de Terceiros – sem investimento	3.575	45,1
Empregados de Terceiros – com investimento*	11.727	-
Nº de estagiários (admissões no ano)	367	-
Menores Aprendizizes (admissões no ano)	242	-

\* Mais de 8 mil trabalhadores estavam atuando em 2006 nas obras de ampliação da Companhia e foram dispensados com o fim da construção. Boa parte dessas pessoas veio de outros estados.

Fonte: [www.arcelor.com/br](http://www.arcelor.com/br).

Com os investimentos concentrados em atividades que empregam pouco trabalho a situação tende a se agravar também em termos de distribuição dos ganhos da produção interna. Os dados do IBGE (2007) apontam um quadro de grave concentração de riquezas, pois, o Espírito Santo apresenta um elevado nível de produto interno bruto per capita (R\$ 13.847,00 anuais), mas, ao contrário do que se possa imaginar, boa parte da população economicamente ativa (222 mil pessoas) não possui qualquer remuneração e muito mais da metade (60,93%) recebe até 2 Salários Mínimos apenas.

**Tabela 6 - Remuneração na População Economicamente Ativa Espírito Santo – 2006**

<b>Faixa de Remuneração</b>	<b>Pessoas (R\$ mil)</b>	<b>%</b>	<b>Remuneração Média Mensal</b>
Sem remuneração	222	11,74%	-
Até 1/2 salário mínimo	154	8,15%	102,00
Mais de 1/2 a 1 S. M.	397	21,02%	309,00
Mais de 1 a 2 S. M.	599	31,75%	506,00
Mais de 2 a 3 S. M.	195	10,34%	871,00
Mais de 3 a 5 S. M.	139	7,38%	1.381,00
Mais de 5 a 10 S. M.	118	6,25%	2.402,00
Mais de 10 a 20 S. M.	37	1,97%	4.806,00
Mais de 20 S. M.	12	0,62%	12.058,00
Sem declaração	14	0,76%	-
<b>Totais</b>	<b>1.887</b>	<b>100,00%</b>	<b>751,00</b>

Fonte: IBGE. PNAD, 2006.

O quadro apontado acima dá uma mostra da dinâmica econômica e algumas de suas conseqüências gerais em nível regional. Cabe ainda apresentar um mapa retratando a movimentação dos investimentos esperados para os próximos anos nos municípios que compõem a metrópole, no sentido de subsidiar a projeção de tendências e possíveis cenários para a estrutura produtiva metropolitana.

Considerando a metrópole estendida ao sul e ao norte, as tabelas que seguem procuram apresentar as perspectivas oficiais (do governo estadual) sobre os investimentos previstos para se realizar até o ano de 2011, concentrados próximo ao litoral entre os municípios de Anchieta e Aracruz. Cabe observar que os dados estão classificados por atividade, segundo as nomenclaturas da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), o que não significa que todas

as atividades mencionadas em cada descrição estejam efetivamente previstas, uma vez que alguns códigos agregam várias atividades diferenciadas.

É interessante notar a grande concentração dos investimentos em atividades vinculadas aos *grandes projetos* da mineração, da siderurgia, do petróleo e da celulose. Contudo, cada um dos municípios selecionados possui sua especificidade no que tange à composição total dos investimentos por atividade.

**Tabela 7 – Investimentos esperados por atividade  
Anchieta – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)

Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Fabr. de Coque, Ref. de Petróleo, Elab. de Comb. Nucleares e Prod. de Alcool	5.395,0
Extração de Minerais Metálicos	3.809,0
Eletricidade, Gás e Água Quente	509,3
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	352,0
Atividades Anexas e Auxiliares dos Transportes e Agências de Viagem	176,5
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	146,9
Metalurgia Básica	54,0
Construção	8,7
<b>Total</b>	<b>10.451,4</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/lema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.

**Tabela 8 – Investimentos esperados por atividade  
Aracruz – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)

Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	3.884,4
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	3.588,9
Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados	741,2
Construção	550,5
Atividades Anexas e Auxiliares dos Transportes e Agências de Viagem	36,0
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	29,6
Fabr. de Coque, Ref. de Petróleo, Elab. de Comb. Nucleares e Prod. de Alcool	26,7
Transporte Terrestre	5,0
Comércio Por Atacado e Representantes Comerciais e Agentes do Comércio	3,0
Reciclagem	2,7
<b>Total</b>	<b>8.868,0</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/lema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.

**Tabela 9 – Investimentos esperados por atividade  
Cariacica – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)

Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Extração de Minerais Metálicos	280,3
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	100,2
Fabricação de Produtos de Madeira	4,8
Metalurgia Básica	396,4
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	44,2
Fabricação de Máquinas Para Escritório e Equipamentos de Informática	3,0
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	10,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	302,1
Eletricidade, Gás e Água Quente	23,8
Construção	132,4
Atividades Anexas e Auxiliares dos Transportes e Agências de Viagem	25,8
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	7,3
Educação	4,5
Saúde e Serviços Sociais	42,0
<b>Total</b>	<b>1.376,8</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/lema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.

**Tabela 10 – Investimentos esperados por atividade  
Fundão – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)

Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	2,1
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	25,0
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	9,0
Construção	11,9
<b>Total</b>	<b>48,0</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/lema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.

**Tabela 11 – Investimentos esperados por atividade  
Guarapari – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)	
Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Fab. de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	1,5
Construção	29,2
Alojamento e Alimentação	293,8
Transporte Aéreo	37,0
Atividades Anexas e Auxiliares dos Transportes e Agências de Viagem	3,8
Saúde e Serviços Sociais	21,0
<b>Total</b>	<b>386,3</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/lema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.

**Tabela 12 – Investimentos esperados por atividade  
Serra – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)	
Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Extração de Minerais Metálicos	4.104,1
Metalurgia Básica	2.091,7
Fabr. de Coque, Ref. de Petróleo, Elab. de Comb. Nucleares e Prod. de Álcool	1.085,6
Construção	473,6
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	393,6
Atividades Anexas e Auxiliares dos Transportes e Agências de Viagem	285,5
Eletricidade, Gás e Água Quente	205,7
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	79,5
Comércio Por Atacado e Representantes Comerciais e Agentes do Comércio	77,6
Fabricação de Produtos Químicos	65,4
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	52,6
Fabricação de Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipamentos	38,6
Saúde e Serviços Sociais	27,1
Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados	25,5
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	20,0
Fabricação de Produtos Têxteis	12,4
Alojamento e Alimentação	12,0
Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	10,0
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	8,0
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	7,4
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	6,4
Atividades Imobiliárias	6,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	5,0
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	3,6
Educação	3,0
Com. e Rep. de Veíc. Autom. e Motocicletas; e Com. a Varejo de Combustíveis	1,8
Outros/ Meio Ambiente	1,7
Transporte Terrestre	1,3
<b>Total</b>	<b>9.104,7</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/Iema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.

Além dos investimentos esperados para a produção de commodities, observa-se, especialmente para os municípios da Serra, Vila Velha e Vitória, um peso significativo da produção imobiliária (Construção) cujas tendências atuais apontam para uma transição, onde o município serrano passa a exercer uma forte atração de projetos de condomínios fechados, shoppings, entre outros, podendo liderar essa modalidade produtiva nos próximos anos.

Essa trajetória do imobiliário na Grande Vitória potencializa também a migração interna das atividades do setor serviços e do comércio varejista. Imediatamente, projeta-se para o Município da Serra a formação de uma nova estrutura para o comércio e a prestação de serviços pessoais de alto padrão, mas, também, várias outras categorias de atividades vinculadas ao reparo e manutenção de equipamentos, asseio e conservação predial, entre outras. Essas novas atividades em território serrano comporiam ao lado dos serviços industriais um novo setor terciário no município, alterando profundamente a divisão intermunicipal do trabalho na Grande Vitória. Cabe ressaltar que, guardadas as devidas proporções, este fenômeno que se observa como tendência para o Município da Serra, tende a se reproduzir em patamares diferenciados para outros municípios da metrópole, inclusive Cariacica, Viana e Guarapari, nos quais se observa projeções de investimentos imobiliários de padrão semelhante para o próximo período.

**Tabela 13 – Investimentos esperados por atividade  
Viana – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)	
Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	2,3
Fabricação de Produtos Têxteis	40,0
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	12,1
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	6,9
Construção	11,9
Atividades Anexas e Auxiliares dos Transportes e Agências de Viagem	10,3
Educação	2,2
<b>Total</b>	<b>85,7</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/lema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.



**Tabela 14 – Investimentos esperados por atividade  
Vila Velha – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)

Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	108,0
Extração de Minerais Metálicos	9,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	50,0
Fabricação de Produtos Têxteis	1,4
Fabricação de Produtos Químicos	1,8
Metalurgia Básica	30,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	2,5
Eletricidade, Gás e Água Quente	38,0
Construção	320,0
Comércio Por Atacado e Representantes Comerciais e Agentes do Comércio	26,3
Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	138,8
Alojamento e Alimentação	89,5
Atividades Anexas e Auxiliares dos Transportes e Agências de Viagem	600,3
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	7,7
Saúde e Serviços Sociais	56,5
<b>Total</b>	<b>1.479,9</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/lema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.

**Tabela 15 – Investimentos esperados por atividade  
Vitória – 2006-2011**

(R\$ 1 milhão)

Atividades (CNAE)	2006 - 2011
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	535,2
Extração de Minerais Metálicos	281,7
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	6,8
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	2,5
Eletricidade, Gás e Água Quente	433,0
Construção	645,4
Comércio Por Atacado e Representantes Comerciais e Agentes do Comércio	43,5
Alojamento e Alimentação	119,7
Transporte Terrestre	75,5
Transporte Aquaviário	38,8
Atividades Anexas e Auxiliares dos Transportes e Agências de Viagem	602,0
Correio e Telecomunicações	4,0
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	9,1
Educação	108,9
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	8,0
<b>Total</b>	<b>2.914,1</b>

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/lema, diversas empresas, jornais e revistas.

Elaboração: IJSN

Nota: Foram considerados apenas investimentos acima de R\$ 1 milhão.

As grandes expectativas também se concentram nos investimentos localizados fora da Microrregião Vitória. De um lado, observam-se projeções de pesados investimentos na indústria de petróleo e gás, além da previsão de várias iniciativas voltadas para a produção de fontes alternativas de energia (termelétricas, unidades eólicas etc.) ao norte e ao sul do estado. Derivados e/ou subprodutos do gás natural também podem ser aproveitados para uma unidade produtora de fertilizantes no norte do estado, para abastecer a ampliação da produção de agrocombustíveis e outros produtos agrícolas. Também percebe-se o redirecionamento espacial de investimentos na siderurgia, na mineração (Especialmente em Anchieta, mas, existem expectativas de mais uma siderúrgica no eixo Colatina-João Neiva), bem como aqueles previstos para novos traçados ferroviários (Flexal–Ubú–Cachoeiro e Teixeira de Freitas–Barra do Riacho). Tais investimentos implicam também na ampliação dos terminais portuários de Ubú (Anchieta) e Barra do Riacho (Aracruz), colocando grandes desafios à centralidade metropolitana, proporcionando algumas projeções ameaçadoras sobre a Cidade de Vitória. Na medida em que ocorre essa movimentação dos *grandes projetos* para fora do espaço metropolitano, revela-se uma face até então escondida deste novo momento: gradativamente a metrópole e especialmente o Município de Vitória vem se enfraquecendo no papel de centro de decisões sobre a localização de empreendimentos no território capixaba.

#### 4 ASPECTOS DA PRODUÇÃO NA CIDADE DE VITÓRIA

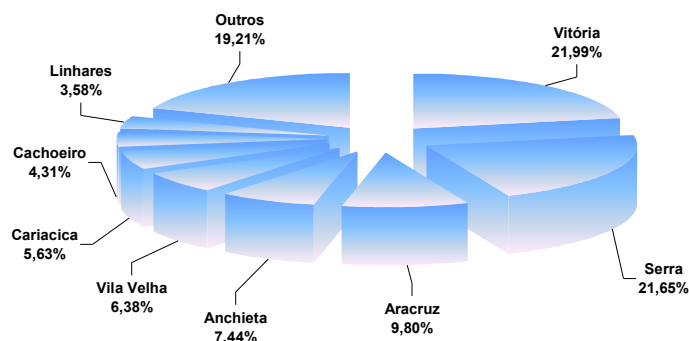
Tem sido flagrante ao longo do tempo a centralização dos investimentos industriais na capital em atividades específicas. É certo que a capital conta ainda com a produção de tubos flexíveis próxima à Ilha do Príncipe e algumas poucas expressões na metalmecânica, no software, nas confecções etc. Porém, afóra a construção imobiliária, que ainda apresenta uma forte presença na cidade, o volume da produção no setor secundário no Município de Vitória é representado em grande medida pelas grandes usinas localizadas próximas aos portos de Tubarão e Praia Mole.

Já ficou demasiadamente demonstrado que Vitória é a cidade dos serviços (vide Tabela 1). E essa tendência tende a se reproduzir no futuro, uma vez que aliados aos limites físicos do município e a seu adensamento predatório ainda são apresentados outros elementos restritivos para a expansão industrial, como a escassez de água e a carência de energia, insumos imprescindíveis em grandes volumes para a produção de commodities.

Contudo, a produção industrial em Vitória ainda detém uma parcela considerável do setor secundário estadual. Segundo os dados de apuração do PIB Municipal (IJSN, 2007) Vitória participou com 21,99% do *Valor Agregado* da produção industrial (incluídos os serviços industriais de água e eletricidade e a produção imobiliária) da região capixaba, seguida de Serra (21,65%), Aracruz (9,80%), Anchieta (7,44%), Vila Velha (6,38%), Cariacica (5,63%), Cachoeiro de Itapemirim (4,31%) e Linhares (3,58%).

Isso demonstra que, mesmo se constituindo uma cidade especializada no setor terciário, a capital ainda representa um centro metropolitano de grande importância na estrutura industrial capixaba.

### Gráfico 1 – Valor Agregado da Produção Industrial e Serviços Industriais\* Espírito Santo – Municípios Seleccionados – 2005



\* Serviços Industriais de Utilidade Pública (Eletricidade, Gás e Água).  
Fonte: IJSN. PIB Municipal – 2005.

Deve-se considerar, também, que boa parte do volume de serviços (especialmente em termos de arrecadação municipal de impostos) localizados na Cidade de Vitória está estreitamente vinculada à produção industrial concentrada nos *grandes projetos*, particularmente as atividades de logística e transportes (portos etc.). Muitos desses serviços, inclusive, são desdobramentos da própria atividade industrial e passaram a ser classificados no setor terciário a partir do processo de terceirização que fez parte da reestruturação produtiva das grandes empresas (são os chamados serviços industriais). Mas, pela diversidade de atividades do setor serviços operando na capital, cabe um mínimo de detalhamento sobre essas comparações.

Um indicador importante da distribuição territorial dos serviços em Vitória tem sido os dados de arrecadação municipal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ou, simplesmente, ISS). A Tabela 16 apresenta a participação de cada Regional Administrativa do Município na arrecadação do ISS, destacando o peso importante de três regionais: Continente (32,42%), onde está localizado o Parque Industrial do Município, dois grandes portos e o maior aeroporto do estado; Praia

do Canto (24,58%), para onde se deslocou boa parte dos serviços anteriormente concentrada no Centro da Cidade; e, o próprio Centro (13,59%), que ainda mantém uma boa representatividade na arrecadação municipal. As menores participações são verificadas nas regionais São Pedro (0,64%) e Maruípe (1,17%), estando a Regional Bento Ferreira numa situação intermediária (8,25%). Observa-se uma relativa estabilidade na evolução das parcelas correspondentes às regionais de maior peso, do ano de 2004 para cá, mesmo que tenha ocorrido alguma oscilação nos vários índices de participação anual, o que de certa forma indica uma trajetória recente sem alterações bruscas.

**Tabela 16 – Distribuição espacial das fontes de receita do ISS por Regional Vitória – 2004-2008**

Regional	2004	2005	2006	2007	2008	2004-08*
1 - Centro	14,24%	13,57%	12,74%	14,15%	13,15%	13,59%
2 - S. Antônio	3,94%	4,16%	4,92%	4,82%	5,21%	4,62%
3 - B. Ferreira	9,74%	7,91%	6,81%	8,89%	8,29%	8,25%
4 - Maruípe	1,43%	1,02%	1,14%	1,15%	1,20%	1,17%
5 - P. do Canto	24,30%	23,70%	25,68%	23,86%	25,97%	24,58%
6 - Continente	34,23%	33,56%	30,23%	32,48%	32,40%	32,42%
7 - S. Pedro	0,90%	0,72%	0,51%	0,57%	0,59%	0,64%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

Abrindo os dados de arrecadação por regional observa-se o peso de cada bairro de Vitória na arrecadação do ISS municipal. Na Regional-1 o bairro mais expressivo é o Centro (12,90%), que constitui a área entre o Forte São João e o Parque Moscoso.

**Tabela 17 – Distribuição espacial das fontes de receita do ISS por bairro Vitória – Regional Centro – 2004-2008**

Bairro	2004	2005	2006	2007	2008	2004-08*
Centro	13,59%	12,99%	12,00%	13,38%	12,56%	12,90%
Forte São João	0,24%	0,22%	0,42%	0,46%	0,29%	0,34%
Parque Moscoso	0,39%	0,36%	0,31%	0,30%	0,29%	0,33%
Vila Rubim	0,017%	0,016%	0,018%	0,017%	0,010%	0,016%
Fonte Grande	0,00019%	0,00005%	0,00030%	0,00006%	0,00000%	0,00013%
Piedade	0,000071%	0,000050%	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000022%
Total	14,24%	13,57%	12,74%	14,15%	13,15%	13,59%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

Existem algumas controvérsias quanto a essa participação do Centro na arrecadação. Segundo o secretário municipal de Fazenda, Maurício Duque, alguns dos fatos geradores do volume de receitas registradas naquele bairro, na verdade, se referem às atividades de serviços realizados em outras regionais, mas, cujos controladores mantêm escritórios no Centro para se beneficiar de incentivos fiscais promovidos pela Administração Municipal. Contudo, mesmo carecendo de uma investigação mais detida sobre essa informação, o volume de recursos arrecadados parece indicar a manutenção de uma variedade de atividades ainda no Centro da Cidade.

**Tabela 18 – Distribuição espacial das fontes de receita do ISS Vitória – Regional Santo Antônio – 2004-2008**

Bairro	2004	2005	2006	2007	2008	2004-08*
Ilha do Príncipe	1,41%	1,22%	2,18%	2,62%	2,79%	2,06%
Ariovaldo Favalessa	1,15%	1,82%	1,67%	1,20%	1,54%	1,47%
Inhabetá	0,97%	0,82%	0,73%	0,72%	0,53%	0,76%
Mário Cypreste	0,28%	0,13%	0,14%	0,16%	0,19%	0,17%
Santo Antônio	0,06%	0,11%	0,15%	0,11%	0,14%	0,11%
Caratoira	0,030%	0,031%	0,032%	0,006%	0,003%	0,021%
Bela Vista	0,039%	0,019%	0,011%	0,001%	0,001%	0,013%
Bairro do Quadro	0,0043%	0,0040%	0,0028%	0,0009%	0,0011%	0,0025%
Bairro do Cabral	0,0000%	0,0001%	0,0025%	0,0023%	0,0016%	0,0015%
Estrelinha	0,0016%	0,0014%	0,0016%	0,0011%	0,0012%	0,0014%
Grande Vitória	0,0009%	0,0019%	0,0015%	0,0011%	0,0016%	0,0014%
Universitário	0,00037%	0,00037%	0,00020%	0,00018%	0,00023%	0,00026%
Santa Tereza	0,000045%	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000007%
Total	3,94%	4,16%	4,92%	4,82%	5,21%	4,62%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

**Tabela 19 – Distribuição espacial das fontes de receita do ISS  
Vitória – Regional Bento Ferreira – 2004-2008**

Bairro	2004	2005	2006	2007	2008	2004-08*
Bento Ferreira	5,28%	4,09%	2,76%	4,72%	4,52%	4,18%
Ilha de Santa Maria	1,16%	0,93%	1,00%	1,35%	0,95%	1,11%
Jesus de Nazareth	0,99%	0,87%	0,80%	0,78%	0,83%	0,84%
Consolação	1,02%	0,87%	0,96%	0,68%	0,64%	0,84%
Jucutuquara	0,52%	0,43%	0,45%	0,40%	0,51%	0,45%
Ilha de Monte Belo	0,21%	0,18%	0,28%	0,19%	0,16%	0,21%
Gurigica	0,18%	0,16%	0,17%	0,28%	0,19%	0,20%
Romão	0,04%	0,12%	0,13%	0,20%	0,21%	0,14%
Horto	0,12%	0,09%	0,11%	0,17%	0,16%	0,13%
Nazareth	0,12%	0,08%	0,07%	0,06%	0,08%	0,08%
Fradinhos	0,087%	0,085%	0,076%	0,062%	0,041%	0,072%
Bairro de Lurdes	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0035%	0,0010%	0,0011%
Total	9,74%	7,91%	6,81%	8,89%	8,29%	8,25%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

**Tabela 20 – Distribuição espacial das fontes de receita do ISS  
Vitória – Regional Maruípe – 2004-2008**

Bairro	2004	2005	2006	2007	2008	2004-08*
Maruípe	0,41%	0,35%	0,44%	0,35%	0,42%	0,39%
Joana Darc	0,17%	0,07%	0,13%	0,37%	0,36%	0,22%
Itararé	0,26%	0,22%	0,21%	0,20%	0,17%	0,21%
Santa Cecília	0,11%	0,09%	0,11%	0,08%	0,09%	0,10%
São Cristóvão	0,280%	0,044%	0,042%	0,038%	0,027%	0,077%
Tabuazeiro	0,10%	0,13%	0,08%	0,04%	0,01%	0,07%
Bonfim	0,037%	0,037%	0,057%	0,020%	0,027%	0,036%
Andorinhas	0,033%	0,031%	0,029%	0,023%	0,009%	0,026%
Santos Dumont	0,012%	0,011%	0,017%	0,019%	0,061%	0,021%
Santa Martha	0,007%	0,011%	0,015%	0,015%	0,011%	0,012%
Bairro da Penha	0,0088%	0,0046%	0,0061%	0,0052%	0,0068%	0,0060%
Total	1,43%	1,02%	1,14%	1,15%	1,20%	1,17%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

**Tabela 21 – Distribuição espacial das fontes de receita do ISS  
Vitória – Regional Praia do Canto – 2004-2008**

Bairro	2004	2005	2006	2007	2008	2004-08*
Enseada do Suá	7,69%	7,91%	9,22%	9,33%	8,48%	8,66%
Praia do Canto	6,72%	6,40%	6,32%	5,80%	7,84%	6,43%
Santa Lúcia	4,30%	4,82%	5,00%	4,83%	5,37%	4,85%
Praia do Suá	4,01%	2,84%	3,43%	1,99%	1,85%	2,82%
Santa Luiza	1,06%	1,12%	0,94%	0,87%	0,95%	0,98%
Santa Helena	0,22%	0,29%	0,43%	0,51%	0,80%	0,43%
Barro Vermelho	0,28%	0,31%	0,34%	0,54%	0,66%	0,42%
Ilha do Frade	0,0041%	0,0045%	0,0029%	0,0029%	0,0055%	0,0037%
<b>Total</b>	<b>24,30%</b>	<b>23,70%</b>	<b>25,68%</b>	<b>23,86%</b>	<b>25,97%</b>	<b>24,58%</b>

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

**Tabela 22 – Distribuição espacial das fontes de receita do ISS  
Vitória – Regional Continente – 2004-2008**

Bairro	2004	2005	2006	2007	2008	2004-08*
Zona Industrial	22,15%	21,16%	17,15%	18,65%	21,17%	19,64%
Jardim da Penha	3,61%	3,61%	3,80%	6,20%	4,27%	4,46%
Jardim Camburí	2,25%	2,40%	2,42%	1,97%	1,97%	2,21%
Goiabeiras	3,02%	2,17%	1,97%	1,88%	1,84%	2,14%
Aeroporto	0,27%	1,00%	2,26%	1,26%	1,01%	1,26%
Mata da Praia	0,80%	1,52%	1,07%	1,04%	0,92%	1,09%
Bairro República	0,43%	0,56%	0,60%	0,47%	0,40%	0,51%
Jabour	0,90%	0,52%	0,32%	0,35%	0,32%	0,46%
Pontal de Camburí	0,13%	0,12%	0,16%	0,19%	0,18%	0,16%
Boa Vista	0,15%	0,14%	0,16%	0,16%	0,10%	0,15%
Maria Ortiz	0,27%	0,14%	0,11%	0,13%	0,06%	0,14%
Antônio Honório	0,086%	0,076%	0,078%	0,090%	0,087%	0,084%
Morada de Camburí	0,14%	0,10%	0,07%	0,05%	0,04%	0,08%
Segurança do Lar	0,020%	0,023%	0,024%	0,021%	0,018%	0,021%
Solon borges	0,019%	0,022%	0,018%	0,008%	0,002%	0,015%
Tubarão	0,0000%	0,0000%	0,0094%	0,0101%	0,0055%	0,0057%
<b>Total</b>	<b>34,23%</b>	<b>33,56%</b>	<b>30,23%</b>	<b>32,48%</b>	<b>32,40%</b>	<b>32,42%</b>

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.



**Tabela 23 – Distribuição espacial das fontes de receita do ISS  
Vitória – Regional São Pedro – 2004-2008**

Bairro	2004	2005	2006	2007	2008	2004-08*
Resistência	0,86%	0,67%	0,45%	0,51%	0,54%	0,59%
Comdusa	0,0080%	0,0287%	0,0402%	0,0425%	0,0325%	0,0325%
Nova Palestina	0,011%	0,014%	0,012%	0,010%	0,006%	0,011%
São Pedro	0,0064%	0,0044%	0,0026%	0,0030%	0,0013%	0,0035%
Conquista	0,0036%	0,0025%	0,0029%	0,0023%	0,0003%	0,0024%
São José	0,0010%	0,0017%	0,0036%	0,0024%	0,0033%	0,0024%
Santo André	0,00080%	0,00030%	0,00002%	0,00036%	0,00000%	0,00029%
Redenção	0,00086%	0,00001%	0,00000%	0,00000%	0,00058%	0,00021%
Total	0,90%	0,72%	0,51%	0,57%	0,59%	0,64%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

Observa-se, pelos números apresentados acima, que afora a Zona Industrial, onde estão localizadas as grandes plantas industriais, os bairros que apresentam um maior peso na arrecadação de ISS no período de janeiro de 2004 a maio de 2008 são: o Centro, a Enseada do Suá, a Praia do Canto e Santa Lúcia.

O próprio registro das atividades econômicas na Secretaria da Fazenda aponta para uma distribuição espacial bastante interessante para uma avaliação mais qualitativa. Cabe mais uma vez ressaltar as dificuldades de indicação precisa da localização por conta dos incentivos fiscais que separam espacialmente muitas vezes o local da produção efetiva da sede das empresas, sendo o bairro onde estas estão instaladas o indicado como fonte da arrecadação. Inclusive, essa parece ser uma distorção que merece um tratamento especial por parte da Administração Pública Municipal, pois, pode ocorrer um distanciamento dos propósitos originais dos incentivos fiscais. Mas, como indicador de localização, mesmo que não seja tão preciso, pode servir como parâmetro de distribuição espacial das atividades econômicas no município, ao apontar o número de estabelecimentos por bairro.

**Tabela 24 – Distribuição espacial do número de atividades e do número de estabelecimentos por bairros selecionados Vitória – 2005**

Bairro	Nº de Atividades	Estabelecimentos*	
		Número	Participação %
Centro	416	8.615	20,27%
Praia do canto	300	3.965	9,33%
Santa Lúcia	329	3.027	7,12%
Jardim da Penha	264	2.803	6,59%
Jardim Camburi	293	2.602	6,12%
Enseada do Suá	282	1.925	4,53%
Praia do Suá	223	1.400	3,29%
Bento Ferreira	222	1.181	2,78%
Vila Rubim	159	1.016	2,39%
Goiabeiras	198	1.003	2,36%
<b>Total bairros escolhidos</b>	-	<b>27.537</b>	64,79%
<b>Total do município</b>	-	<b>42.504</b>	100,00%

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2005.

Por essa indicação o antigo Centro da Cidade ainda preserva boa parte das atividades e também do número de estabelecimentos registrados. Uma abordagem desses números, especificando as principais atividades econômicas, pode revelar aspectos interessantes de sua distribuição no processo de crescimento da cidade. Conhecendo a história de evolução do Município de Vitória, percebe-se que até pouco tempo as atividades econômicas estavam fortemente concentradas no Centro da Cidade e, à medida que a produção de bens e serviços foi crescendo e se diversificando, ocorreu o processo de espalhamento dos novos investimentos no território urbano, promovendo uma nova distribuição na localização das atividades em seu conjunto. Esse movimento acompanhou (e ao mesmo tempo foi acompanhado pela) a migração interna e a imigração para a capital de um grande contingente populacional que, embalado pela lógica da construção imobiliária, passou a privilegiar ao longo do tempo os antigos e novos bairros localizados mais próximos das praias da própria ilha e da área continental do município. Com isso, tem sido bastante comum a interpretação de que o Bairro Centro estaria em franca decadência, sendo rapidamente esvaziado, sugerindo a necessidade de sua revitalização. Ocorre, entretanto, que, transcorridos trinta ou quarenta anos do início desse movimento

mais recente e mais intenso *para as praias* em Vitória, um olhar mais atento pode perceber que o antigo Centro da Cidade ainda mantém um significativo volume e uma expressiva diversidade de atividades econômicas, com forte especialização no setor terciário.

Procura-se, portanto, uma abordagem diferenciada sobre o tema. A sugestão aqui é que tenha ocorrido mesmo uma saturação do processo de ocupação do Centro antigo, devido ao adensamento predatório, sem a devida regulação pública e, pior, que este processo se reproduz em certa medida ao norte do município na atualidade. Sendo assim, mais que conceber esse movimento migratório associado a uma suposta decadência do Centro, deve-se percebê-lo como o resultado do crescimento mal regulado da cidade, no qual a multiplicação de atividades econômicas e sua diversificação exigiram o aproveitamento de outras áreas do município para sua redistribuição espacial. Isso, não significa que as atividades tenham migrado do antigo Centro da Cidade a ponto de inviabilizá-lo totalmente. E, portanto, talvez não seja o caso de revitalizá-lo, mas, sim, de aproveitar seus antigos e novos potenciais, visando recuperar o tempo perdido com a ausência de políticas públicas de regulação do crescimento da cidade.

Cabe destacar, inclusive, que essa perspectiva de intervenção pública também dever ser estendida para além do antigo Centro da Cidade, abrangendo também a Regional São Pedro, a Regional Santo Antônio e os bairros de Maria Ortiz, Goibeiras e adjacências. Localidades que passam por um processo semelhante de alteração em sua base de moradia e na estrutura produtiva, e que se constituem como áreas vivas, potencializadas, mas que necessitam de políticas públicas específicas de geração de ocupação no trabalho para seu aproveitamento em favor de residentes que demandam seu direito à cidade.

Em resumo, defende-se aqui que o crescimento recente da cidade ocorreu num patamar diferenciado. Na verdade, foram produzidas novas atividades, com novos padrões de atendimento a uma demanda nascente e diversificada, de um público cujas exigências de qualidade de bens e serviços não existiam até então no município; pelo menos na dimensão que passou a se apresentar, com um volume significativo de recursos monetários disponíveis para o consumo, residindo mais próximo das praias locais.

Isso pode explicar porque boa parte das atividades produtivas continuou localizada no antigo Centro de Vitória. É o que se pretende demonstrar com as tabelas a seguir, as quais permitem alguma comparação entre bairros na distribuição de atividades a partir de sua participação na arrecadação do ISS municipal. Os bairros escolhidos (Centro, Enseada do Suá, Praia do Canto e Santa Lúcia) permitem uma boa comparação por se tratar de locais de maior concentração de atividades diversificadas em relação aos demais.

**Tabela 25 – Participação das principais atividades em arrecadação de ISS Vitória – Bairro Centro – 2004-2008**

Atividade	2004	2005	2006	2007	2008*
Serv. bancários, financeiros e seguros	3,18%	3,69%	3,20%	4,08%	4,12%
Adm. de terminais, de transp. e armazenagem de cargas e despachantes	0,67%	2,04%	1,22%	1,07%	1,19%
Serv. administr., teleatendimento e de organiz. de eventos	1,60%	1,15%	0,63%	0,95%	0,68%
Serv. de construção de infra-estrutura	0,94%	0,07%	0,36%	1,78%	0,25%
Serv. de construção de edifícios	0,29%	0,64%	0,57%	0,51%	0,28%
Serv. em tecnologia da informação	0,61%	0,47%	0,45%	0,42%	0,47%
Educ. em geral e qualificação profissional	1,12%	0,09%	0,10%	0,45%	0,24%
Serv. de consultoria e gestão empresarial	0,61%	0,31%	0,24%	0,39%	0,33%
Serv. tratamento de dados e out. de Informação	0,24%	0,25%	1,02%	0,05%	0,05%
Transporte marítimo	0,00%	0,02%	0,56%	0,55%	0,33%
Abastecimento de água e gestão de esgotos	0,00%	0,73%	0,00%	0,39%	0,17%
Representantes comerciais e atacadistas	0,15%	0,28%	0,21%	0,17%	0,70%
Aluguel de máquinas, equip., automóveis	0,09%	0,05%	0,72%	0,20%	0,01%
Serv. de engenharia e arquitetura	0,60%	0,19%	0,14%	0,08%	0,39%
Administração pública em geral	0,01%	0,12%	0,42%	0,32%	0,09%
Interm. e agenc. de serviços, design, fotos e outros	0,21%	0,31%	0,30%	0,09%	0,17%
Corretagem, venda e aluguel de imóveis	0,09%	0,26%	0,25%	0,11%	0,10%
Serviços de atenção à saúde humana	0,22%	0,18%	0,14%	0,15%	0,14%
Reparação e manut. de equipamentos, de vestuário	0,33%	0,06%	0,07%	0,10%	0,23%
Serviços advocatícios	0,09%	0,09%	0,08%	0,12%	0,11%
Comércio varejista	0,03%	0,07%	0,10%	0,08%	0,16%
Agências de viagem e turismo	0,36%	0,04%	0,03%	0,01%	0,03%
Comércio e reparação de peças e veículos	0,01%	0,28%	0,01%	0,02%	0,12%
Fabricação de produtos e metal e calderaria	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,50%
Serviços de contabilidade	0,08%	0,05%	0,05%	0,05%	0,07%
Serv. de condomínios, paisagismo e limpeza	0,17%	0,02%	0,03%	0,04%	0,05%
Serv. apoio à construção, terraplenagem, instalações	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%	0,11%
Serv. de telecomunicações	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,04%
Outras	1,83%	1,50%	1,10%	1,15%	1,43%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

Observa-se que as atividades bancárias e financeiras predominam no Bairro Centro (área que faz limites com o Parque Moscoso e o Forte São João) em termos de arrecadação do ISS. As atividades vinculadas ao Porto de Vitória também são bastante significativas. Contudo o Centro apresenta uma forte

diversificação de atividades de comércio e serviços em geral, mantendo uma posição significativa na localização produtiva da cidade.

A Enseada do Suá, por sua vez, tem sido um dos principais bairros de Vitória na Absorção dos novos investimentos em serviços diversificados e também um locus privilegiado para a expansão imobiliária. Ali está instalado o principal shopping da cidade e tem sido o bairro privilegiado para a instalação de condomínios, escritórios de serviços, clínicas médicas etc. Também tem sido uma área ocupada por diversos órgãos da administração pública (federal e municipal), das atividades judiciárias e parlamentares. É o que procura mostrar a Tabela 26.

**Tabela 26 – Participação das principais atividades em arrecadação de ISS Vitória – Bairro Enseada do Suá – 2004-2008**

Atividade	2004	2005	2006	2007	2008
Serv. bancários, financeiros e seguros	0,51%	0,99%	0,99%	1,10%	1,02%
Adm. de terminais, de transp. e armazenagem de cargas e despachantes	0,47%	0,87%	0,68%	0,69%	0,61%
Interm. e agenc. de serviços, design, fotos e outros	1,11%	0,81%	0,80%	0,13%	0,50%
Serv. administr., teletendimento e de organiz. de eventos	1,14%	0,38%	0,25%	0,66%	0,61%
Agências de publicidade e pesquisa de opinião	0,55%	0,46%	0,38%	0,50%	0,46%
Serv. de telecomunicações	0,00%	0,01%	0,24%	1,17%	0,00%
Serv. de consultoria e gestão empresarial	0,08%	0,35%	0,30%	0,36%	0,34%
Representantes comerciais e atacadistas	0,13%	0,22%	0,25%	0,30%	0,59%
Serv. apoio à construção, terraplenagem, instalações	0,00%	0,20%	0,46%	0,25%	0,05%
Transporte marítimo	0,15%	0,00%	0,52%	0,10%	0,38%
Educ. em geral e qualificação profissional	0,24%	0,39%	0,20%	0,14%	0,08%
Serv. de engenharia e arquitetura	0,20%	0,32%	0,12%	0,26%	0,17%
Corretagem, venda e aluguel de imóveis	0,16%	0,14%	0,21%	0,26%	0,28%
Administração pública em geral	0,04%	0,06%	0,31%	0,30%	0,23%
Serv. de condomínios, paisagismo e limpeza	0,02%	0,03%	0,26%	0,30%	0,22%
Seleção e locação de mão-de-obra	0,03%	0,36%	0,23%	0,15%	0,02%
Serviços de atenção à saúde humana	0,14%	0,18%	0,14%	0,17%	0,24%
Reparação e manut. de equipamentos, de vestuário	0,32%	0,01%	0,08%	0,14%	0,16%
Aluguel de máquinas, equip. e automóveis	0,08%	0,14%	0,22%	0,09%	0,08%
Serv. em tecnologia da informação	0,13%	0,13%	0,06%	0,13%	0,17%
Comércio varejista	0,02%	0,14%	0,12%	0,08%	0,25%
Serv. de construção de infra-estrutura	0,03%	0,00%	0,14%	0,14%	0,26%
Assistência social inclusive vinculada à saúde	0,13%	0,03%	0,06%	0,06%	0,08%
Serviços advocatícios	0,07%	0,06%	0,06%	0,07%	0,08%
Bares, restaurantes, lanchonetes e fornecim. de alimentos	0,03%	0,00%	0,04%	0,08%	0,05%
Agências de viagem e turismo	0,07%	0,07%	0,03%	0,01%	0,01%
Serv. de construção de edifícios	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,11%
Comércio e reparação de peças e veículos	0,00%	0,00%	0,01%	0,10%	0,02%
Serv. tratamento de dados e out. de Informação	0,06%	0,01%	0,01%	0,02%	0,00%
Serviços de contabilidade	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Outras	1,78%	1,51%	2,00%	1,53%	1,42%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

Essa situação é ainda mais presente no conjunto dos dois maiores bairros da Regional Praia do Canto, como pode ser observado nas Tabelas 27 e 28.

**Tabela 27 – Participação das principais atividades em arrecadação de ISS  
Vitória – Bairro Praia do Canto – 2004-2008**

Atividade	2004	2005	2006	2007	2008
Serv. bancários, financeiros e seguros	0,77%	0,85%	1,41%	0,90%	0,77%
Serv. de hotelaria em geral	0,27%	0,59%	0,63%	0,33%	0,58%
Serviços de atenção à saúde humana	0,22%	0,46%	0,46%	0,47%	0,52%
Corretagem, venda e aluguel de imóveis	0,23%	0,17%	0,23%	0,69%	0,35%
Serv. administr., teleatendimento e de organiz. de eventos	0,18%	0,07%	0,31%	0,57%	0,70%
Serv. de engenharia e arquitetura	0,46%	0,31%	0,24%	0,19%	0,49%
Representantes comerciais e atacadistas	0,15%	0,21%	0,24%	0,13%	0,25%
Educ. em geral e qualificação profissional	0,35%	0,17%	0,20%	0,12%	0,10%
Serv. de condomínios, paisagismo e limpeza	0,20%	0,18%	0,18%	0,10%	0,25%
Adm. de terminais, de transp. e amaz. de cargas e despachantes	0,27%	0,23%	0,13%	0,13%	0,08%
Agências de viagem e turismo	0,26%	0,23%	0,22%	0,07%	0,01%
Reparação e manut. de equipamentos, de vestuário	0,34%	0,26%	0,03%	0,15%	0,03%
Serv. de construção de edifícios	0,05%	0,10%	0,23%	0,10%	0,39%
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,24%
Assistência social inclusive vinculada à saúde	0,42%	0,07%	0,14%	0,05%	0,13%
Interm. e agenc. de serviços, design, fotos e outros	0,18%	0,19%	0,07%	0,07%	0,32%
Agências de publicidade e pesquisa de opinião	0,06%	0,07%	0,16%	0,17%	0,21%
Serv. de consultoria e gestão empresarial	0,06%	0,15%	0,10%	0,13%	0,12%
Pesquisa e desenvolvimento científico	0,00%	0,54%	0,00%	0,00%	0,01%
Serv. apoio à construção, terraplenagem, instalações	0,16%	0,04%	0,05%	0,11%	0,11%
Serv. de rádio e televisão	0,21%	0,00%	0,12%	0,00%	0,13%
Serv. de telecomunicações	0,00%	0,20%	0,00%	0,10%	0,03%
Bares, restaurantes, lanchonetes e fornecim. de alimentos	0,00%	0,01%	0,14%	0,12%	0,00%
Aluguel de máquinas, equip. e automóveis	0,28%	0,03%	0,05%	0,02%	0,01%
Serv. em tecnologia da informação	0,02%	0,07%	0,11%	0,05%	0,09%
Serviços advocatícios	0,05%	0,04%	0,04%	0,05%	0,05%
Edição de livro	0,00%	0,10%	0,01%	0,04%	0,02%
Serv. tratamento de dados e out. de informação	0,09%	0,04%	0,00%	0,04%	0,02%
Serviços de contabilidade	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%
Outras	1,45%	1,02%	0,81%	0,87%	0,83%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

Os bairros Praia do Canto e Santa Lúcia compõem um conjunto unido pelas atividades que operam nas duas margens da Avenida Nossa Senhora da Penha. Foi o primeiro espaço da Regional-5 privilegiado pela produção imobiliária em direção às praias e, por isso mesmo, absorveu a maior parte dos novos investimentos em serviços ocorridos nas últimas décadas. A diversificação produtiva é a marca desses dois bairros que, atualmente, além de manter um forte peso nos investimentos imobiliários em Vitória, possui instalações de dois

hipermercados e de uma variedade de escritórios de serviços, hospitais, clínicas médicas, supermercados, lojas e pequenos shoppings, bares, lanchonetes, hotéis e, ainda, projeta grandes impactos na reprodução de atividades econômicas derivadas da instalação da nova Unidade de Negócios da Petrobrás.

**Tabela 28 – Participação das principais atividades em arrecadação de ISS Vitória – Bairro Santa Lúcia – 2004-2008**

Atividade	2004	2005	2006	2007	2008
Serv. bancários, financeiros e seguros	0,51%	0,83%	0,69%	0,65%	0,93%
Educ. em geral e qualificação profissional	0,45%	0,75%	0,66%	0,53%	0,36%
Serv. de engenharia e arquitetura	0,12%	0,43%	0,73%	0,81%	0,45%
Serviços de atenção à saúde humana	0,30%	0,46%	0,41%	0,38%	0,38%
Reparação e manut. de equipamentos, de vestuário	0,36%	0,18%	0,21%	0,29%	0,10%
Representantes comerciais e atacadistas	0,31%	0,17%	0,25%	0,13%	0,22%
Serv. em tecnologia da informação	0,06%	0,22%	0,13%	0,31%	0,21%
Serv. administr., teleatendimento e de organiz. de eventos	0,19%	0,12%	0,16%	0,13%	0,14%
Fab. de máquinas e equipamentos	0,21%	0,18%	0,08%	0,13%	0,00%
Serv. de construção de edifícios	0,00%	0,01%	0,02%	0,13%	0,68%
Interm. e agenc. de serviços, design, fotos e outros	0,15%	0,05%	0,08%	0,16%	0,06%
Serv. de consultoria e gestão empresarial	0,06%	0,13%	0,12%	0,09%	0,07%
Serv. de condomínios, paisagismo e limpeza	0,14%	0,10%	0,09%	0,08%	0,08%
Agências de publicidade e pesquisa de opinião	0,15%	0,02%	0,19%	0,06%	0,03%
Adm. de terminais, de transp. e armaz. de cargas e despachantes	0,01%	0,04%	0,03%	0,06%	0,39%
Assistência social inclusive vinculada à saúde	0,23%	0,06%	0,03%	0,05%	0,07%
Corretagem, venda e aluguel de imóveis	0,06%	0,08%	0,04%	0,10%	0,08%
Artes cênicas, espetáculos	0,16%	0,18%	0,01%	0,02%	0,00%
Serv. tratamento de dados e out. de informação	0,06%	0,14%	0,06%	0,05%	0,02%
Serv. de construção de infra-estrutura	0,01%	0,01%	0,22%	0,00%	0,03%
Serviços advocatícios	0,02%	0,03%	0,03%	0,03%	0,04%
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	0,04%	0,00%	0,00%	0,07%	0,03%
Serviços de contabilidade	0,04%	0,03%	0,02%	0,03%	0,03%
Outras	0,66%	0,61%	0,73%	0,54%	0,94%

\*2008, até o mês de maio.

Fonte: VITÓRIA/SEMFA. Evolução Anual do ISS por Bairro – 2004-08.

Outra forma de abordagem<sup>2</sup> para apurar a base espacial da distribuição da produção de serviços em Vitória pode ser a localização das pessoas envolvidas em determinadas atividades. Com a preocupação, demonstrada acima, de uma requalificação das interpretações sobre a migração de investimentos, especialmente a partir do antigo Centro da Cidade, procurou-se alguns indicadores sobre a localização ocupacional de alguns profissionais, cuja

<sup>2</sup> Considerando as observações de que a arrecadação de ISS pode não servir como parâmetro ideal para a apuração da base espacial das atividades econômicas na cidade, devido a uma série de circunstâncias (tributo restrito aos serviços, os incentivos fiscais, a sonegação, a possibilidade de separação das atividades efetivas da sede social das empresas etc.), propôs-se um exercício de averiguação com base em alguns outros indicadores.

importância na prestação de serviços pode revelar a manutenção de sua forte presença em alguns bairros da capital.

Fica bastante nítida a localização das atividades de administração portuária (Tubarão e Centro) na Cidade de Vitória. No Centro somente a CODESA emprega cerca de 250 funcionários administrativos e estima-se que o OGMO<sup>3</sup> (Órgão de Gestão da Mão de Obra – de portuários) empregue outro volume aproximado a este nas atividades de estivadores, conferentes, armadores, arrumadores, entre outras; reunindo cerca de 500 trabalhadores no antigo Centro. Entretanto, essa não é a situação de outros serviços, como as atividades bancárias, os serviços de comércio exterior e inúmeros escritórios e consultórios de profissionais liberais, por exemplo, que estão espalhados com ocupação em vários bairros da cidade. Nesse sentido buscou-se organizar algumas informações que pudessem contribuir para reafirmar ou negar certas convicções sobre a nova localização de atividades econômicas em Vitória.

As atividades de comércio exterior têm sido historicamente uma forte determinante da centralidade metropolitana. Segundo os dados da SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, aproximadamente 77% das empresas importadoras que operavam no Estado do Espírito Santo no ano de 2006 possuíam sua sede fiscal na Microrregião de Vitória. A capital concentrava cerca de 44% das sedes fiscais dessas empresas importadoras que operaram naquele ano em território capixaba. No caso das atividades de exportação, a concentração espacial das sedes fiscais das empresas foi relativamente menor, ficando a Microrregião de Vitória com 59% do total do estado, o que ainda assim representa um peso significativo. O município de Vitória, neste caso, concentrou 30% das sedes das empresas que operaram com exportações em 2006.

---

<sup>3</sup> No conjunto de todos os turnos de trabalho o OGMO mobiliza aproximadamente 6.471 portuários em todo o complexo portuário, na Ilha de Vitória e fora dela.



**Tabela 29 – Distribuição espacial das empresas do Comércio Exterior  
Microrregião de Vitória – 2006**

Município	Importadoras		Exportadoras	
	Número	%	Número	%
Cariacica	15	2,79%	9	1,73%
Serra	108	20,07%	101	19,46%
Viana	6	1,12%	7	1,35%
Vila Velha	49	9,11%	34	6,55%
Vitória	236	43,87%	154	29,67%
MV	414	76,95%	305	58,77%
Demais	124	23,05%	214	41,23%
<b>Total ES</b>	<b>538</b>	<b>100,00%</b>	<b>519</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SECEX, 2006.

No caso específico, a localização das sedes fiscais das empresas de comércio exterior no interior da Cidade de Vitória aponta informações também interessantes. Além da expressiva participação da Regional Praia do Canto na localização das sedes fiscais das empresas de comércio exterior, com destaque para o Bairro Enseada do Suá, que concentrou aproximadamente 20% do total da capital, observa-se na Tabela 30 que o antigo Centro abrigou no ano de 2006 aproximadamente 39% das sedes dessas empresas.

**Tabela 30 – Distribuição espacial das empresas do Comércio Exterior Vitória – 2006**

Bairro	Importadoras		Exportadoras	
	Número	%	Número	%
Centro	92	38,98%	45	29,22%
Parque Moscoso	1	0,42%	1	0,65%
Ilha do Príncipe	3	1,27%	3	1,95%
Ilha de Monte Belo	9	3,81%	3	1,95%
Consolação	3	1,27%	-	0,00%
Bento Ferreira	2	0,85%	1	0,65%
Gurigica	1	0,42%	1	0,65%
Ilha de Santa Maria	1	0,42%	-	0,00%
Santos Dumont	2	0,85%	-	0,00%
Santa Cecília	-	0,00%	1	0,65%
Enseada do Suá	48	20,34%	38	24,68%
Santa Lúcia	27	11,44%	19	12,34%
Praia do Canto	12	5,08%	9	5,84%
Praia do Suá	11	4,66%	6	3,90%
Santa Luiza	2	0,85%	-	0,00%
Barro Vermelho	2	0,85%	2	1,30%
Santa Luzia	1	0,42%	-	0,00%
Santa Helena	-	0,00%	2	1,30%
Jardim Camburi	6	2,54%	5	3,25%
Tubarão	4	1,69%	5	3,25%
Goiabearas	4	1,69%	1	0,65%
Jardim da Penha	2	0,85%	2	1,30%
Bairro República	2	0,85%	2	1,30%
Antônio Honório	1	0,42%	-	0,00%
Aeroporto	-	-	2	1,30%
Boa Vista	-	-	1	0,65%
Mata da Praia	-	-	4	2,60%
Jabour	-	-	1	0,65%
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>100,00%</b>	<b>154</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SECEX, 2006.

Outra referência interessante sobre a distribuição espacial das atividades econômicas na capital pode ser observada nos serviços bancários e financeiros. Segundo os registros fornecidos pelo Sindicato dos Bancários no Espírito Santo existem aproximadamente 7.217 postos de trabalho ocupados nas atividades bancárias e financeiras no estado. Destes, cerca de 68,31% estão localizados nos municípios que compõem a Microrregião Vitória e 49,47% se encontram na capital. É o que se observa na Tabela 31.

**Tabela 31 – Distribuição espacial dos postos de trabalho na atividade bancária  
Espírito Santo – 2008**

Municípios	Postos de trabalho ocupados	
	Número	%
Cariacica	296	4,10%
Serra	375	5,20%
Viana	41	0,57%
Vila Velha	648	8,98%
Vitória	3.570	49,47%
MV	4.930	68,31%
Demais	2.287	31,69%
<b>Total ES</b>	<b>7.217</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sindicato dos Bancários no Espírito Santo.

Fica bastante visível, portanto, o papel de Vitória na concentração dessas atividades de intermediação bancária e financeira. Mais interessante ainda é observar como essas atividades estão concentradas em áreas específicas da cidade, denotando a sua importância no fluxo de pessoas envolvidas diretamente no trabalho bancário, mas, também, na utilização de seus serviços como clientes.

Entre os bairros que compõem o Município de Vitória aqueles localizados na Regional Praia do Canto têm absorvido boa parte da migração dos serviços bancários. Contudo, o antigo Centro ainda detém aproximadamente 60% do total dos postos de trabalho em atividades bancárias e financeiras na capital. Isso significa um volume de 2.131 pessoas ocupadas nos serviços de intermediação bancária e de operações financeiras no antigo Centro da cidade, como demonstra a Tabela 30.

**Tabela 32 – Distribuição espacial dos postos de trabalho na atividade bancária  
Vitória – 2008**

Bairro	Postos de trabalho ocupados	
	Número	%
Centro	2.131	59,69%
Parque Moscoso	48	1,34%
Vila Rubim	17	0,48%
Bento Ferreira	3	0,08%
Jucutuquara	90	2,52%
Bairro de Lurdes	222	6,22%
Maruípe	15	0,42%
Itararé	5	0,14%
Santa Cecília	10	0,28%
Enseada do Suá	220	6,16%
Praia do Canto	286	8,01%
Santa Lúcia	82	2,30%
Praia do Suá	119	3,33%
Zona Industrial	22	0,62%
Jardim da Penha	101	2,83%
Jardim Camburí	55	1,54%
Goiabeiras e UFES	142	3,98%
São Pedro	2	0,06%
<b>Total Vitória</b>	<b>3.570</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sindicato dos Bancários no Espírito Santo.

Entre as instituições que operam com maior destaque no volume de pessoas ocupadas no antigo Centro da Cidade se encontram a Caixa Econômica Federal (28,25%), o Banestes (26,56%), o Banco do Brasil (11,78%), o Bradesco (8,59%) e o Bandes (6,66%). Cabe observar que estas são as instituições que operam com a maioria das linhas de crédito, de várias modalidades, no Estado do Espírito Santo, atraindo diariamente um contingente significativo de empresários, governantes, mutuários do sistema de habitação, tomadores de pequenos empréstimos, além de inúmeros correntistas para o antigo Centro. Os dados da Tabela 33 procuram demonstrar o peso relativo de cada uma dessas instituições que operam no antigo Centro.

**Tabela 33 – Distribuição dos postos de trabalho na atividade bancária  
Vitória – Centro – 2008**

Instituições	Postos de trabalho ocupados	
	Número	%
Caixa Econômica Federal	602	28,25%
Banestes	566	26,56%
Banco do Brasil	251	11,78%
Bradesco	183	8,59%
Bandes	142	6,66%
ABN AMRO REAL	77	3,61%
ITAU	67	3,14%
Unibanco	45	2,11%
HSBC	41	1,92%
SAFRA	36	1,69%
Santader	28	1,31%
CECM-COOPJUD	22	1,03%
Mercantil	22	1,03%
Economisa	16	0,75%
CECM-CRETOVALE	14	0,66%
CECM-JOSE NEFFA	5	0,23%
CECM-CODESA	3	0,14%
Sudameris	3	0,14%
Bank Boston	2	0,09%
CECM-CESAN	2	0,09%
CECM-COOPSEFES	2	0,09%
CECM-CREDESTIVA	1	0,05%
CECM-GRUPO BUAIZ	1	0,05%
<b>Total</b>	<b>2.131</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sindicato dos Bancários no Espírito Santo.

Entre as atividades que operam com volume significativo de trabalho na Região Metropolitana estão aquelas vinculadas à administração pública. A distribuição espacial dessas atividades na cidade obedece a critérios diferenciados, quando consideradas as diferentes modalidades de serviços oferecidos pelas atividades fins e pelas atividades meio. Assim, enquanto se observa um espalhamento das atividades fins nas áreas de educação, saúde e assistência, por exemplo, observa-se o contrário em relação às operações administrativas das várias repartições públicas, que se encontram mais concentradas, num eixo formado desde o antigo Centro da Cidade até alguns bairros da Regional Praia do Canto. A título de ilustração, a Tabela 34 apresenta uma estimativa da distribuição

especial em Vitória dos postos de trabalho administrativos existentes nas sedes das Secretarias de Estado e das Autarquias Estaduais.

**Tabela 34 – Estimativa da distribuição dos postos de trabalho administrativos das Secretarias de Estado e Autarquias Estaduais Vitória – 2008**

Bairro	Órgãos Públicos Estaduais	Nº de Servidores Lotados	%
Centro	Arq. Pub. – Casa Civil – Casa Militar – FAMES – IASES – SECOM – SEFAZ – SEG – SEGER – SEJUS – SEP – SETOP	805	17,36%
Forte São João	IDAF – SEAG	210	4,53%
Ilha de Santa Maria	CETURB – DER	300	6,47%
Nazaré	COHAB – SECT	97	2,09%
Consolação	IPAJM	10	0,22%
Bento Ferreira	DIO – HPM – INCAPER – SESA – SESP – SESPORT	1026	22,12%
Jesus de Nazaré	IJSN	70	1,51%
Santa Luiza	DETRAN – Polícia Civil	510	11,00%
Enseada do Suá	ITI – SECULT – SETUR	430	9,27%
Santa Lucia	JUCEES – RTV – SEDU – SUPPIN	940	20,27%
Praia do Canto	SEDES	40	0,86%
Praia do Suá	SETADES	200	4,31
<b>Total</b>		<b>4.638</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SINDIPÚBLICOS, 2008.

Essas observações sobre a localização espacial de várias atividades do setor serviços na cidade metropolitana parecem reforçar a perspectiva de se repensar as interpretações sobre a migração de atividades econômicas no território. Parece ficar cada vez mais nítido que a metrópole está num franco processo de crescimento e de adensamento predatório, cujas dimensões e conseqüências podem atingir patamares potencializadores de sua inviabilidade, caso não sejam ativadas formas coletivas de se evitar a tendência a seu esgotamento enquanto espaço de convivência com alguma qualidade.

Um passo interessante no caminho de se pensar o futuro da metrópole com qualidade de vida para seus membros, moradores e usuários, é inverter a lógica imobiliária atual, que consiste na promoção de novos produtos urbanos a partir da desqualificação dos antigos espaços de moradia, de trabalho e de convívio sócio-cultural na cidade.

## 5 O TURISMO COMO PÓLO DESAFIANTE

O potencial de Vitória para o turismo é inegável. Além de possuir os condicionantes naturais que motivou seus antigos habitantes a batizá-la de *Guananira*, a Ilha do Mel, Vitória ainda dispõe da melhor infra-estrutura de transportes (terminais portuários com acesso de passageiros, aeroporto etc.) informações (agências de viagens) e hospedagens, num raio que ultrapassa em muito as fronteiras do Estado do Espírito Santo.

No entanto, por mais que se promova uma série de intervenções para a preparação da cidade para essa atividade, a capital ainda carece de pré-requisitos básicos para o aprimoramento do turismo de negócios, de eventos, de lazer, bem como servir de porta de entrada para as diversas praias capixabas e para o agroturismo nas montanhas.

Estudos indicam que a região capixaba ocupa ao lado do Estado de Pernambuco a 6ª posição no ranking de fluxos turísticos no Brasil com 3,5 milhões de turistas por ano. A grande maioria desse fluxo anual provém dos estados de Minas Gerais (42,1%), Rio de Janeiro (21,7%), do próprio Espírito Santo (17,8%) e São Paulo (11,0%) (PMV/CDV, 2008, p. 24). Ou seja, turistas dos estados da Região Sudeste têm demandado cada vez mais do Espírito Santo uma infra-estrutura turística ainda bastante incompleta e desarticulada.

A Cidade de Vitória concentra a rede de hospedagem no Espírito Santo. São cerca de 41 estabelecimentos que chegam a disponibilizar aproximadamente 5.890 leitos, mas que se mostram cada vez mais insuficientes, especialmente para atender à crescente demanda por turismo de negócios e de eventos científicos e profissionais. É o que procuram demonstrar as tabelas que seguem.

**Tabela 34 – Perfil da estrutura de hospedagem  
Vitória – 2007**

Modalidade	Nº de unidades	Nº de quartos	Nº de Leitos	Nº de leitos extra
Hotéis	19	1.870	3.750	149
Hotéis	10	178	339	13
Flats e apart	12	912	1.530	109
Total	41	2.960	5.619	271

Fonte: PMV/CDV. *Plano de turismo de Vitória*. 2008. p. 47.



**Tabela 35 – Motivação do deslocamento de pessoas para a cidade Vitória – 2005-2007**

Em %

Demanda	Ano/temporada							
	2005			2006			2007	
	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Baixa	Alta	Média
Negócio/trabalho	29,27	48,11	40,00	42,50	57,91	45,52	22,34	43,80
Turismo/passeio	26,83	16,04	12,80	11,25	19,70	6,90	30,85	23,97
Saúde	6,10	14,15	12,80	7,50	1,34	18,62	3,19	5,79
Férias	3,08	0,00	1,60	8,75	0,93	1,38	12,77	4,96
Amigos/parentes	17,07	1,89	7,20	13,75	0,00	13,79	18,09	4,13
Estudos	10,98	5,66	4,00	2,50	0,45	2,07	3,19	4,13
Familiares	0,00	0,00	0,00	0,00	10,23	0,00	0,00	3,31
Visitar familiares	0,00	0,00	2,40	1,25	0,00	0,00	0,00	3,31
Eventos/congressos/feiras	1,22	0,00	10,40	0,00	0,00	1,38	1,06	2,48
Descansar	0,00	0,00	0,00	2,50	0,00	0,69	1,06	1,65
Diversão	0,00	0,00	0,00	0,00	2,02	0,69	0,00	1,65
Festas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,06	1,65
Compras	1,22	0,94	0,00	2,50	4,72	1,38	0,00	0,00
NS/NR	0,00	0,94	0,00	0,00	0,00	7,59	6,38	0,00
Outros	4,24	12,26	8,80	7,50	2,71	0,00	0,00	2,48
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PMV/CDV. *Plano de turismo de Vitória*. 2008. p. 52.

Diante da demanda crescente, que aponta um potencial carente de atenção pública, a cidade de Vitória vem acionando uma série de instrumentos de política para o turismo. Numa entrevista realizada com o diretor de Turismo e Projetos Especiais da Companhia de Desenvolvimento de Vitória, Anderson Fioret de Menezes, foi possível colher várias iniciativas nesse sentido. A divulgação das singularidades regionais tem sido apresentada para o público a partir da definição de roteiros específicos, envolvendo a cidade e outros municípios, voltados para a atração de turistas. Assim, existem a Rota do Sol e da Moqueca (Vitória, Serra, Vila Velha, Guarapari e Anchieta), a rota do mar e das Montanhas (Vitória, Viana, Domingos Martins, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante) e a Rota do Verde e das Águas (Vitória, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra).

Segundo o diretor Anderson Menezes, também faz parte da perspectiva de atendimento ao público demandante a qualificação de agentes de turismo. Boa parte dos taxistas de Vitória passa por experiências de formação e são

estimulados a participar de cursos de línguas estrangeiras, bem como recebem kits de áudio para orientação e indicação de oportunidades de oferta gastronômica, de hospedagem, de equipamentos turísticos etc. A Guarda Municipal tem sido outro contingente privilegiado nos programas de formação e de preparação para o atendimento a turistas. Menezes chamou a atenção para o Projeto Visitar, que procura envolver comunidades e turistas na cultura da preservação do patrimônio histórico municipal, especialmente no antigo Centro da Cidade, gerando também a oportunidade de trabalho para agentes de turismo.

Algumas iniciativas infra-estruturais também compõem os programas que procuram melhorar as vias de acesso e os próprios equipamentos públicos nas praças, parques e nas praias da capital. O diretor Anderson Meneses destacou que equipamentos comunitários e outros voltados para a organização de grupos de trabalho, como tem sido o caso da *Associação das Paneleiras de Goiabeiras*, estão sendo viabilizados no sentido de demonstrar para turistas todo o processo de fabricação das panelas de barro, um marco da cultura popular capixaba, tombado como patrimônio imaterial brasileiro. Assim, a Associação teria um espaço para a fabricação e exposição das peças de artesanato e, também, para a gastronomia, a partir da organização de um restaurante especializado nas comidas típicas locais, com base em frutos do mar. Ao mesmo tempo, tem sido organizado um *Selo de Qualidade Turística*, como forma de regulação pública da produção e disponibilidade de produtos gastronômicos em bares e restaurantes da cidade.

Quanto às modalidades de turismo em Vitória, destacam-se o turismo de negócios e eventos, o turismo náutico, o turismo de estudo e de intercâmbio e o turismo cultural. Contudo, são apontados vários entraves a sua dinamização, especialmente pela carência de hospedagem, limitação de espaços para eventos, pequena oferta de terminais para pequenas embarcações e, mesmo, limitações quanto a estruturas especializadas para a contemplação da natureza, para o conhecimento das atividades vinculadas a cultura popular, associadas à produção gastronômica e aos serviços associados. Estes se colocam como grandes desafios para o aproveitamento da expansão da demanda turística na metrópole, que cresce a cada dia, com os novos investimentos empresariais e, também, com as perspectivas de ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto de Vitória.

Esse tem sido um tema preocupante na medida em que os projetos originais de ampliação do aeroporto central previam uma adaptação a um volume de passageiros que já foi alcançado recentemente com as antigas instalações. A previsão de ampliação em mais de 5 vezes da área atual do terminal, levaria o aeroporto para uma capacidade de fluxo de 2,1 milhões de passageiros, volume em que o Aeroporto de Vitória opera atualmente, sem o conforto das novas instalações.

Isso significa, também, que todas as expectativas de construção infra-estrutural, voltada para a recepção do volume adicional de turistas na cidade, proporcionado pela ampliação do terminal de passageiros, já deveriam estar prontas, uma vez que a demanda se realiza bem antes das obras aeroportuárias ganharem vulto.

Essas são pequenas mostras das contradições de uma cidade metropolitana que cresce muito rápido, sem que haja uma capacidade mínima de acompanhamento infra-estrutural para atender as demandas adicionais que o crescimento econômico requer.

## 6 REFERÊNCIAS

FORO BOLIVIANO MÉDIO AMBIENTE Y DESARROLHO. *Ejes de Integración en América del Sur*. Disponível em: <[www.fobomade.org.bo/galeri\\_mapas/index\\_iirsa.php](http://www.fobomade.org.bo/galeri_mapas/index_iirsa.php)>.

IBGE. *Contagem da população e estimativa da população*, 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. *PNAD 2006*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

IJSN. *Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo – IDS – Relatório 2004*. Vitória: IJSN, 2004. Disponível em: <[www.ijsn.es.gov.br](http://www.ijsn.es.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. *PIB Municipal 2005*. Disponível em: <[www.ijsn.es.gov.br](http://www.ijsn.es.gov.br)>.

IIRSA. *Comunicado de Brasília*. Brasília, 2000. Disponível em: <[www.oei.es/oeivirt/cimeira1.htm](http://www.oei.es/oeivirt/cimeira1.htm)>.

MORANDI, Ângela M. *Na mão da história: a CST na Siderurgia Mundial*. Vitória: EDUFES, 1997.

PMV/CDV. *Plano de turismo de Vitória*. Vitória: CDV, 2008.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX. *Empresas importadoras e exportadoras do Estado do Espírito Santo por faixa de valor (US\$)*. jan-dez/2006. Disponível em: <[www2.desenvolvimento.gov.br](http://www2.desenvolvimento.gov.br)>.